



Anais da Assembléia

Nº 185

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB — 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB — 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB — 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB — 08:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL — 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT — 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1996**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emenda:

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04, AO PROJETO DE LEI Nº 496/96

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Teixeira Soares o equipamento 3 RE, marca

CASE, número de ordem 14547, atualmente de posse do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O equipamento, que pretendemos que o Poder Executivo doe ao Município de Teixeira Soares através deste projeto de lei, é de maior importância para a execução dos serviços públicos naquele valoroso município paranaense.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 530/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o equipamento 2CB - 17036 - caminhão basculante - 13130 Volkswagen, para a Prefeitura do Município de Ipiranga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Ipiranga, equipamento já descrito, pertencente ao Governo do Estado, lotado no Departamento de Estradas de Rodagem. Tal medida será de grande utilidade para o Município de Ipiranga, que por se tratar de um município pequeno, precisa de um amparo maior para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, tendo

em vista que o solicitado não está sendo utilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

PROJETO DE LEI Nº 531/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o equipamento 3 MN - 15713 - Motoniveladora - Huben Warco - 140, para a Prefeitura do Município de Tibagi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Tibagi, equipamento já descrito, pertencente ao Governo do Estado, lotado no Departamento de Estradas de Rodagem. Tal medida será de grande utilidade para o Município de Tibagi, que por se tratar de um município pequeno, precisa de um amparo maior para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, tendo em vista que o solicitado não está sendo utilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

PROJETO DE LEI Nº 532/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o equipamento 2 CB - 17038 - Caminhão Basculante modelo 13130 Volkswagen, para a Prefeitura do Município de Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Ivaí, equipamento já descrito, pertencente ao Governo do Estado, lotado no Departamento de Estradas de Rodagem. Tal medida será de grande utilidade para o Município de Ivaí, que por se tratar de um município pequeno, precisa de um amparo maior para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, tendo em vista que o solicitado não está sendo utilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

PROJETO DE LEI Nº 533/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o equipamento 3MN - 15720 - Motoniveladora Fiat-Allis FG - 70, para a Prefeitura do Município de Cândido de Abreu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Cândido de Abreu, equipamento já descrito, pertencente ao Governo do Estado, lotado no Departamento de Estradas de Rodagem. Tal medida será de grande utilidade para o Município de Cândido de Abreu, que por se tratar de um município pequeno, precisa de um amparo maior para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, tendo em vista que o solicitado não está sendo utilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

PROJETO DE LEI Nº 534/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o equipamento 3MN - 15711 - motoniveladora - Huben Warco - 140, para a Prefeitura do Município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Reserva, equipamento já descrito, pertencente ao Governo do Estado, lotado no Departamento de Estradas de Rodagem. Tal medida será de grande utilidade para o Município de Reserva, que por se tratar de um município pequeno, precisa

de um amparo maior para o seu desenvolvimento, proporcionando, assim, condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, tendo em vista que o solicitado não está sendo utilizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

PROJETO DE LEI Nº 535/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro em Ponta Grossa, promove eventos de fundo social, cultural, artístico e beneficente, bem como auxilia as entidades sociais de Ponta Grossa e região. Colabora com famílias carentes, promovendo festividades para arrecadar fundos. Por esses motivos e outros que abonam o CTG, é que solicita-se a aprovação do projeto por parte dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 536/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas, em todos os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná, no horário das 03:00 às 09:00 horas.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Objetiva tal propositura, resolver um problema que se observa em todas as cidades de nosso Estado, que é o uso excessivo de bebidas alcoólicas. Este hábito é causador de inúmeros danos para nossa sociedade, pois os efeitos do álcool são a perda dos freios morais, facilitando arruaças,

acidentes automobilísticos e, por fim, causando a destruição moral das famílias paranaenses.

Não obstante parecer que tal propositura tem uma carga retrógrada, lembramos que tal norma se observa no Reino Unido nos dias atuais, com enorme sucesso e com horário de proibição das 23:00 às 11:00 horas.

Observamos desta forma que tal medida tem amplo aspecto social, portanto contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 537/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a instalação de bares, boates, em todos os bairros considerados zonas residenciais dos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O excesso de ruídos provocados por estes estabelecimentos tira a tranquilidade dos moradores no horário noturno, tornando-se necessário, cada vez mais, afastar do seio das famílias paranaenses o perigo dos vícios das bebidas e das drogas.

O projeto que apresentamos, tem por objetivo retirar dos bairros residenciais bares, boates, salões de baile e festas noturnas, estabelecimentos que por sua natureza proporcionam facilidade para que jovens ingressem no mundo perigoso dos mais diversos vícios, tais como prostituição, drogas e alcoolismo.

PROJETO DE LEI Nº 538/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída a Semana dos Evangélicos no Estado do Paraná, na primeira semana do mês de dezembro de cada ano, encerrando sempre no Dia da Bíblia.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação do presente projeto de lei é o de incentivar e divulgar a leitura da Bíblia Sagrada.

Um dos segmentos de nossa população que mais tem recuperado indivíduos marginalizados da nossa sociedade, são os evangélicos, tais como prostitutas, drogados, alcoólatras, etc.

Através da Semana do Evangélico, procuraremos conscientizar em todos a importância da leitura da Bíblia, para a concretização de uma vida mais produtiva e cristã.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 539/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Tibagi uma motoniveladora, nº de ordem 15.713, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Tibagi uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Tibagi, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 540/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Tijucas do Sul uma motoniveladora, nº de ordem 15.698, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Tijucas do Sul uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Tijucas do Sul, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 541/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Pien uma motoniveladora, nº de ordem 15.725, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Pien uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Pien, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 542/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Morretes uma motoniveladora, nº de ordem 15.684, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Morretes uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Morretes, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 543/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Matinhos um caminhão basculante, nº de ordem 17.044, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Matinhos um caminhão basculante de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Matinhos, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 544/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Guaratuba um caminhão basculante, nº de ordem 17.032, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Guaratuba um ca-

minhão basculante de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Guaratuba, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 545/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Guaraqueçaba uma motoniveladora, nº de ordem 15.724, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Guaraqueçaba uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Guaraqueçaba, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 546/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Contenda uma motoniveladora, nº de ordem 15.680, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Contenda uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Municí-

pio possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Contenda, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 547/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Antonina um carregador frontal, nº de ordem 15.359, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Antonina um carregador frontal de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontra cedido através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Antonina, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 548/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Almirante Tamandaré um caminhão basculante, nº de ordem 17.026, e uma caçamba, nº de ordem 17.025, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Almirante Tamandaré um caminhão basculante e uma caçamba de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontram cedidos através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipa-

mento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Almirante Tamandaré, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 549/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Agudos do Sul uma motoniveladora, nº de ordem 15.716, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Agudos do Sul uma motoniveladora de propriedade do Governo do Estado do Paraná, lotado no DER, e que se encontram cedidos através de contrato de comodato, para que o Município possa continuar usando o equipamento em melhorias na prestação dos serviços públicos.

Por entender que este projeto de lei, em muito beneficiará o Município de Agudos do Sul, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 550/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo transformar o Hospital do Portão em Hospital do Servidor Público.

Parágrafo Único - O Hospital do Servidor Público será administrado pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela tem por objetivo transformar o atual Hospital do Portão, nesta Capital, em Hospital do Servidor Público, sendo sua administração de responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Entendemos ser esta medida justa e premente, pois o servidor público

vem passando por graves problemas de ordem financeira, com o achatamento salarial praticado pelo Governo do Estado, necessitando, pois, de maior assistência na área de saúde.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio ao presente projeto de lei, que poderá proporcionar ao servidor público do nosso Estado, condição de vida mais digna.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, com a palavra o ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Gostaria, Senhor Presidente, que ficasse registrado nos Anais da Casa, uma nonrosa visita que estamos recebendo nesta tarde, do Colégio Júlio César, de Rebouças, que vem acompanhado da Diretora, Júlia Thomas, e da Professora Luiza Maria, e a turma do 2º grau de Contabilidade e Magistério, do mesmo colégio. A presença dos estudantes, das professoras do Município de Rebouças, neste instante fazemos o registro, com muito prazer e com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva se associa ao ilustre Deputado Toti Colaço. A diretora, as professoras que acompanham os estudantes, sintam-se em suas casas.

Com a palavra, o ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria trazer algumas preocupações a esta Casa, na tarde de hoje, inclusive estamos entrando com um requerimento, convocando o Excelentíssimo Senhor Secretário do Ensino Superior de Ciência e Tecnologia, para prestar alguns esclarecimentos a esta Casa de Leis.

Está circulando por Sindicatos e vindo de Secretário do executivo, e vindo de funcionários do próprio Executivo, um documento sobre uma hipotética reforma do ensino superior no Paraná em que todas as instituições de ensino superior, sejam as Universidades, sejam as Faculdades isoladas, são transformadas em Agências Sociais Autônomas, seguindo a linha do projeto do Senhor Ministro Bresser Pereira, para a Universidade brasileira, antecipando-se inclusive mais uma vez as reformas da educação que se espera que aconteçam a nível federal.

Para esse projeto ser verdadeiro, todas as circunstâncias formadas em

Agências Sociais Autônomas, e essas agências prestam um contrato de gestão com a Secretaria de Ensino Superior. A lei diz: "Todos os docentes das Universidades e Faculdades deverão se exonerar dos seus cargos e terão a garantia de serem contratados por essas Agências Sociais Autônomas", mas não se sabe que tipo de contrato, sabe-se que tão somente os professores serão obrigados a perder todos os direitos conquistados, como estatutários e serem recontratados pelas Agências Sociais Autônomas.

O Governo se compromete a repassar 12% do ICMS arrecadado anualmente para as Instituições, uma variação em que a Universidade de Londrina, naturalmente recebe mais, depois Maringá, Ponta Grossa, UNIOESTE, e assim por diante. E isso trouxe uma série de angústias aos professores, estudantes, funcionários das Universidades e Faculdades.

Hoje, inclusive, em Londrina se realiza um encontro importante para discutir a crise do ensino superior no Paraná, e achamos que precisamos ouvir de viva voz o Senhor Secretário, a sua posição sobre esse documento, e qual a posição do Governo Jaime Lerner, sobre o ensino superior.

Há várias questões que os levam a pedir aos Senhores Deputados que aprovem essa convocação: primeiro, o projeto que regulamenta o Artigo 205, da Constituição do Estado, está aqui na Assembléia desde o começo do ano, e não é votado, foi votado em duas discussões, houve discussão entre os Deputados de Oposição e do Governo, um certo acordo na pressa de que esse projeto fosse aprovado, e de repente o projeto foi engavetado, porque se supunha que havia um conflito entre a Vice-Governadora Emilia Belinati e o Governador do Estado, sobre a filosofia, o conteúdo do projeto de regulamentação do Artigo 205.

E lamentamos que mais um ano se passe, sem que os recursos para a ciência e tecnologia sejam remetidos às instituições que dele necessitam.

Então, achamos que é importante também a vinda do Senhor Secretário para nos explicar a posição do Governo, de uma vez por todas, sobre o 205. Mais que isso, desde o ano passado se encontra nas mãos do Governo do Paraná e da Secretaria de Ensino Superior de Ciência e Tecnologia, uma proposta democraticamente discutida há mais de um ano pelas universidades e faculdades sobre a regulamentação do plano de carreira dos professores e também sobre a regulamentação do pessoal técnico.

co administrativo. Infelizmente, o Governo não remeteu a esta Casa nenhum desses dois projetos.

As universidades e faculdades continuam passando por uma série crise de recursos, faltam condições de funcionamento de laboratórios, falta de verbas para a manutenção das entidades, e não existe uma política clara do Governo, passados mais de dois anos, para o ensino superior.

Há também um projeto de autonomia realizado pelos reitores e diretores de escolas de ensino superior e esse projeto até agora, o Governo já recebeu faz dois anos, e não remete a esta Casa.

Então, todos esses são os motivos que nos levam a convocar o Senhor Secretário de Ciência e Tecnologias e Ensino Superior, e pedimos o apoio de todos os Senhores Deputados, inclusive os Deputados da Bancada Governista, para que o Senhor Secretário venha antes do final deste mês, deste período legislativo, esclarecer todas essas questões a esta Casa.

Segundo assunto: diz respeito, mais uma vez, ao PROEM. Fizemos um acordo com a Liderança do Governo, o Senhor Secretário cumpriu esse acordo agilmente, já lemos a minuta do Senhor Secretário, Portaria, as escolas "têm a liberdade de continuar ofertando os cursos profissionalizantes", mas também temos notícias que o Governo tem instrumentos de pressão sobre as escolas, na medida, ainda, que passa a dizer que só receberão recursos do Governo aquelas escolas que se inscreverem ao PROEM.

Então, apesar da Portaria do Senhor Secretário ser um avanço, precisamos concluir o nosso acordo, apresentando um projeto de lei nesta Casa, conforme sugestão do próprio Presidente Anibal Khury.

Estamos tomando providências, no sentido de preparar um anteprojeto de lei para submeter depois aos Deputados que compõem a Comissão de Educação desta Casa de Leis e então fecharemos esse acordo para que as escolas possam, com tranquilidade, continuar, pelo menos, no ano que vem, ofertando os cursos profissionalizantes, mesmo porque estranhemos mais uma vez a pressa do Governo do Estado do Paraná.

A nível federal, sai hoje uma notícia em todos os jornais do Estado: "MEC estuda reforma do 2º grau. Paulo Renato de Souza anuncia que currículo será modificado após discussão com os Estados". Ou seja, o Governo Federal não está tendo essa pressa desesperada do nosso Governo do Paraná. Ele está

se propondo a discutir, inclusive, com Secretários de Educação dos Estados sobre a reforma do 2º grau, e nessa matéria se explicita que o 2º grau deverá ser modificado, mas diz, inclusive, que deverão ser restringidas as matérias básicas para todos os cursos e agregados a cada curso, diferentes disciplinas que ajudem a profissionalização dos alunos do 2º grau, ou seja, numa linha filosófica diversa daquela linha proposta pelo Governo do Estado do Paraná, qual seja o pós-médio.

Não podemos perder essa pressa, essa situação de angústia, de insegurança por que passam as escolas do nosso Estado. E achamos que o nosso acordo deve ser concluído, não há nenhum problema em esperar, pelo menos, um ano, mesmo porque o pós-médio só vai acontecer, segundo os documentos oficiais, a partir de 1998, mas na nossa análise só vai acontecer em 1999 ou 2000, porque o Governo deve esperar que se conclua primeiro, o curso de educação geral, que começa no ano que vem, são três anos, para daí implantar o pós-médio. Não há necessidade nenhuma dessa pressa, dessa urgência. E podemos ter uma discussão madura, em que possa ser ouvida a sociedade paranaense, os professores, os estudantes, as entidades estudantis, a direção das escolas, as Associações de Pais e Mestres, os Deputados do Paraná e também os membros do Conselho Estadual de Educação.

Então, é neste sentido que queremos manifestar mais uma vez a nossa preocupação e nos propomos a oferecer este anteprojeto de lei à análise dos Senhores Deputados para resolver de uma vez por todas este impasse criado com a urgência da instalação do PROEM aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas queria registrar a presença, neste Plenário, do Prefeito eleito de Toledo, engenheiro Derli Antonio Donin.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que nos associamos pela ilustre presença do Prefeito eleito, juntamente com outros Senhores Deputados da Região Sudeste e Oeste do Paraná, as pessoas do Augustinho Zucchi, do Nereu e outros companheiros que lá têm o seu domicílio eleitoral, bem como o Deputado Caio Quintana.

É com satisfação que a Mesa Executiva tem ao nosso lado, a presença em nosso meio de Benjamim Farah e de João de Deus Flores de Paula, que são homens que fazem parte da história desta Nação, deste Paraná, e principalmente do nosso querido Brasil.

Quero ainda justificar aos Senhores Parlamentares, que teremos na pessoa, no Grande Expediente, do Deputado Antonio Casemiro Belinati, a saudação a esses dois homens que nos honram com suas presenças nesta Casa. São homens que foram os Constituintes realmente, e nos deram o que somos, e principalmente os estudantes que nos visitam, que nos deram a história do que somos.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que irá fazer o encaminhamento para a saudação dessas ilustres figuras.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se honrada nesta tarde, quando recebe aqui duas ilustres figuras, que fazem parte da história deste País.

Ainda ontem, quando ocupava esta tribuna, falava do evento dos 20 anos do Jornal Indústria & Comércio, onde o jornal reconheceu as pessoas importantes que fizeram e fazem parte da história do Estado do Paraná: ex-Governadores, empresários, pessoas da nossa sociedade e também o Presidente desta Casa.

Hoje, recebemos aqui dois Constituintes, Deputado José Tavares, que já teve assento no Congresso Nacional, Benjamim Farah e Jarbas Maranhão, Senador da Constituinte de 1946. Outra época, era outro o momento do País, talvez até naquele momento, disputas político-partidárias muito mais acirradas do que aquelas que presenciamos hoje, os dois ilustres companheiros pegaram ainda a época da capital brasileira, que era o Rio de Janeiro, e tiveram um papel fundamental na elaboração da nossa Carta Magna Federal de 1946. Estiveram ontem aqui, participando já de alguns eventos em Curitiba, parece-me na Universidade Federal do Paraná, a convite, juntamente com outras lideranças nacionais, e hoje vieram a esta Casa, vieram ao Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para conviver por alguns minutos, com os Parlamentares do Estado do Paraná, com os Parlamentares que procuram, no seu desempenho, na sua tarefa, na sua missão de representar os seus municípios, aqui nesta Casa, discutir os assuntos atinentes ao nosso

Estado, ao Estado do Paraná. Evidentemente, também discutindo os assuntos nacionais.

Agora mesmo, passa pelo Congresso Nacional a discussão da reeleição. Recentemente, o Congresso Nacional discutiu e votou uma emenda que dizia muito direito, a este Parlamentar, e ao Deputado Marquinhos Alves, de Maringá, ao Deputado Federal Djalma de Almeida César, de Ponta Grossa, nós que fomos eleitos vice-Prefeitos das cidades que representamos: eu, com muita honra, a Cidade de Curitiba, pela segunda vez; o Deputado Marquinhos Alves, por Maringá; e Djalma de Almeida César, por Ponta Grossa.

E havia uma emenda no Congresso Nacional, que castra o direito do Deputado Estadual, vice-Prefeito, de poder manter-se na função de Deputado Estadual. E quando solicitado a assumir a Prefeitura, como fiz na época do Jaime Lerner, vinte e duas vezes assumi a Prefeitura de Curitiba, sem prejuízo do meu mandato Parlamentar.

Os Deputados Federais ocupam cargos de Ministérios, e no entanto, não precisam renunciar o mandato de Deputado Federal. O deputado federal assume a Presidência da República, o Presidente do Congresso, e nem por isso tem que renunciar o cargo de Deputado Federal. Os Deputados Federais assumem Secretarias de Estado, e nem por isso perdem os seus mandatos de Deputados Estaduais.

No entanto, a Constituição de 85, que me privilegiou nas disposições transitórias até aquele momento, até aquela eleição de Deputado e vice-Prefeito, hoje me castra, a mim, ao Marquinhos, ao Djalma, e mais aproximadamente 24, 25 Deputados federais, 22 Deputados estaduais, do Brasil inteiro, castram o direito desses Deputados de se licenciarem das Assembléias ou do Congresso, e assumirem as Prefeituras, quando chamados.

Esse foi um grande erro do Constituinte de 85. De não reconhecer o direito do Deputado estadual, ou federal, a vice-Prefeito. Se para todos é um direito, por que para nós, no momento, agora, não manter esse mesmo direito.

No entanto, por motivos que me parecem muito mais até por interesses políticos lá de Brasília, porque já entra aí entendimento de reeleição. Aí já vem vingança de pleito eleitoral, como por exemplo, agora, em São Paulo, a bancada paulista foi a que mais, em número maior, votou contra esta emenda. Por quê? Porque o Malluf ganhou a eleição em São Paulo, e o vice-

Prefeito do Pita era um Deputado Federal. E, com isto, embarcamos nesta mesma canoa.

Então, quando temos aqui a presença de dois homens ilustres, que ajudaram a fazer a história do Brasil, como Constituintes, aproveitamos este momento, que é para dar um esclarecimento a este Plenário, à imprensa, do que é que realmente acontece em Brasília, desta falta até de entendimento do nosso Constituinte de 85, na feitura da nossa Carta Magna Federal.

Não podemos aqui tomar uma decisão nossa. Não podemos sobrepujar a lei maior. Pensou-se até em fazer alguma coisa, olhando pela independência dos Estados, mas é um risco muito grande, e evidentemente, tem que se analisar com muita profundidade.

Então, aproveito a presença de dois ilustres Constituintes para lembrar e tocar neste assunto, da situação em que vivemos hoje, eu, o Marquinhos e o Djalma de Almeida César. Eu, Curitiba, na minha cidade, na Capital do Estado, onde dos meus 47.000 votos, 40.000 foram conquistados em Curitiba. Tenho uma responsabilidade muito grande, uma obrigação com o eleitorado de Curitiba. E aí, nestes últimos dias, após esta derrota no Congresso, confesso aos Senhores Parlamentares, não tenho tido muita tranquilidade, tenho sido questionado, constantemente, por eleitores, por amigos, pela imprensa, por familiares: "o que é que você vai fazer? Vai renunciar à Assembléia, ou vai renunciar à vice-Prefeitura?". Confesso que esta não é uma decisão somente minha, espero o retorno do Governador Jaime Lerner, do Prefeito eleito, Cássio Taniguchi, para que me ajudem a encontrar um caminho, uma solução que será menos traumática.

Gostaria de poder atender aos dois, tanto à Assembléia quanto à Prefeitura. Vou ter que optar! E não sei qual é a decisão que vou tomar.

Gostaria que os companheiros que me apartessem, lembrassem dessas duas figuras extraordinárias, que fazem parte da Mesa, nesta tarde, que nos dão a honra das suas visitas, aqui no Plenário da Assembléia.

Esta saudação deveria ter sido feita pelo Deputado Antonio Belinati, que foi companheiro do Constituinte Benjamim Farah, ainda no Congresso Nacional. E ontem ficou combinado que o Belinati faria a saudação. Na ausência do Belinati, aqui estou, com muita honra, procurando exercer essa função de saudar estas duas ilustres figuras que nos visitam hoje.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Algaci Túlio, ilustres constituintes que nos visitam nesta tarde.

Creio que toda esta Casa tem visto a angústia que Vossa Excelência passou a possuir, depois que viu frustrada a grande expectativa para que os Parlamentares pudessem, sim, exercer o seu mandato de Deputado Estadual ou Federal e cumulá-lo, eventualmente, com o exercício de uma vice-Prefeitura ou até uma vice-Governança.

Eu mesmo, quando disputei a eleição, em Curitiba, como candidato a vice-Prefeito, contava também com a possibilidade de acumular estas duas funções. A vida nos coloca, muitas vezes, em encruzilhadas, e creio, Deputado Algaci Túlio, que Vossa Excelência tem exercido com muita firmeza, com muita convicção, o seu mandato de Deputado Estadual, e anteriormente como Vereador. É um homem respeitado pelas suas posições. Acho que Vossa Excelência foi, seguramente, um avalista especialmente na população de baixa renda, um avalista da candidatura do Senhor Cássio Taniguchi.

Pelo que temos visto na imprensa, não há correspondência de lealdade com que Vossa Excelência tem dedicado ao Senhor Cássio Taniguchi, ao Governador Jaime Lerner, a reciprocidade em relação à sua posição. Agora, creio que é indispensável, e essa decisão não será o Cássio Taniguchi ou o Jaime Lerner que terá que tomar, será Vossa Excelência.

Agora, Vossa Excelência tem um compromisso com uma parcela expressiva da população, que confiou na sua palavra, como avalista que foi da candidatura do Cássio Taniguchi. E todos aqui, creio, se por um lado podemos nos ressentir da sua ausência neste Plenário, do processo de discussão, que, inclusive, quero publicamente reconhecer, que passei a respeitá-lo por uma faceta que não conhecia, como negociador, como uma pessoa tolerante, fácil de dialogar, é verdade que intransigente às vezes, mas com uma possibilidade muito boa de se negociar determinadas questões, creio que, por outro lado, Vossa Excelência tem a responsabilidade de assegurar que do ponto de vista das prioridades sociais, talvez a sua presença na administração do Senhor Cássio Taniguchi seja imprescindível.

Então, estou aqui dando publicamente a minha opinião, até já lhe disse da interrupção do mandato popular

que lhe foi dado como Deputado Estadual, da sua posição pública e política que Vossa Excelência possui em Curitiba e toda a Região Metropolitana, mas também penso da postura daqueles que votaram e acreditaram, das lideranças do Município de Curitiba que seguramente aderiram a candidatura do Senhor Taniguchi, porque Vossa Excelência - e as pesquisas de opinião mostravam isto, transferiu, sim, muitos votos, especialmente nas classes C, D e F, que é o eleitorado onde especialmente o Deputado Carlos Simões tinha uma votação muito sólida.

Então, quero dizer que Vossa Excelência tem que fazer uma grande reflexão, porque é uma decisão muito importante na sua vida e ao mesmo tempo, todos aqui partilhamos desta profunda angústia que Vossa Excelência tem hoje, até porque, poderia estar no seu lugar hoje, vivendo este mesmo drama.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado do Romanelli, agradeço o seu aparte, a sua solidariedade, e na verdade até me considero uma pessoa privilegiada, porque afinal de contas, tenho uma opção de escolha, e lamentavelmente quantos candidatos a Vereadores, quantos candidatos a Deputados Estaduais que lutam para chegar a ocupar uma cadeira no Legislativo e não conseguem.

Então, ao mesmo tempo estou com este dilema, considero-me até uma pessoa privilegiada, porque mais uma vez a Cidade de Curitiba reconhece neste Parlamentar o seu trabalho, a sua luta, que é dentro da humildade que me caracteriza, e se Deus quiser; nunca vou mudar minha forma de ser. Não vou pedir para dividir com Vossa Excelência os cabelos que estou perdendo aqui, porque Vossa Excelência tem bem menos do que eu, mas agradeço a sua solidariedade!

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Algaci, gostaria de inicialmente me somar a Vossa Excelência na saudação às duas ilustres autoridades que estão conosco aqui, Constituintes de 1946. É uma satisfação tê-los aqui.

Ouçõ atentamente, participo de algumas conversas que Vossa Excelência tem debatido com relação à sua posição hoje de Parlamentar, e a possibilidade de se desvincular deste Poder e assumir a sua função como vice-Prefeito na nossa Capital. Vossa Excelência tem uma história política aqui em Curitiba, na Região Metropolitana, tem os seus companheiros, tenho certeza abso-

luta que muita gente lhe ajudou. Mas a sua história política, a sua trajetória se deve ao vosso trabalho, à maneira como Vossa Excelência faz política, a maneira como Vossa excelência se relaciona.

Apenas imagino, acho que somos, quem sabe, extremamente parciais na nossa opinião com relação a essa questão, já que cabe absolutamente a Vossa Excelência uma decisão. A vida de um político, segundo dizem os especialistas, depende de quatro, cinco "nãos", e quatro, cinco "sins". Quem sabe o momento é que determina a vida para melhor ou para pior do político que tem que tomar a sua decisão.

Mas, creio que aqui nesta Casa, Vossa Excelência conquistou o respeito de todos os Parlamentares e eu especialmente, que tenho a oportunidade de dividir com Vossa Excelência algumas discussões de projetos colocados aqui nesta Casa, Vossa Excelência como Líder do Governo tem que fazer essa confissão. Acho que Vossa Excelência presta um grande trabalho, não ao Governador Jaime Lerner, mas a discussão do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Acho que vossa função aqui na Assembléia, tem sido de uma dignidade bastante grande, extremamente cortês no tratamento, muito democrático, e tem nos dado a oportunidade de trabalharmos juntos na discussão dos problemas do Paraná.

Fora essa decisão, Vossa Excelência também sabe que quando a população de Curitiba votou em Vossa Excelência para ser vice-Prefeito, já sabia que o Senhor era Deputado, aliás, tinha votado antecipadamente para que o Senhor estivesse aqui na Assembléia Legislativa.

Espero que da decisão de Vossa Excelência, seja ela qual for, leve com Vossa Excelência, a certeza de que aqui terá os seus amigos, companheiros, que o Senhor soube cativar durante esse tempo em que permaneceu na Liderança do Governo.

Acho que como vice-Prefeito de Curitiba, quem sabe o Dr. Cássio Taniguchi ganhe um companheiro para ajudar a administrar Curitiba, mas com certeza absoluta, aqui na Assembléia Vossa Excelência tem um papel de nos ajudar a discutir as questões importantes do Paraná, através da Liderança do Governo, que com competência o senhor exerceu.

Muito obrigado por essa oportunidade, e gostaria de me somar a essa dificuldade que Vossa Excelência tem de escolher o seu caminho, mas espero que o seu caminho seja escolhido de

forma brilhante, como foi feito até agora, com certeza ouvindo os seus companheiros e tomando a decisão que, obviamente, venha beneficiar a maioria daqueles que o cercam.

Obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Augustinho Zucchi.

Concedo a palavra, em aparte, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Fiz uma reflexão hoje. Começo, citando para chegar ao seu pronunciamento, o Deputado Orlando Pessuti. Recebi uma série de fax a semana inteira, e alguns telespectadores me perguntavam: "o que é que vocês fazem na Assembléia, pela agricultura do Paraná?". E hoje, citei, na televisão, um exemplo, que a Assembléia tem no Deputado Orlando Pessuti, um dos maiores defensores da agricultura do Paraná, e o povo tem que saber disso, como o Deputado Toti Colaço nasceu Municipalista, como o Deputado Belinati, prefiro ele mais como Prefeito do que Deputado, porque o Belinati nasceu para administrar, para construir, para edificar. Aprendi nessa campanha com o Belinati, tinha uma imagem do Belinati e aprendi nessa campanha uma outra face do Antonio Belinati. Belinati amigo, Belinati que sabe chorar, carinhoso, sabe sorrir, sabe amar, aprendi que é leal, aprendi que na campanha do Cássio Taniguchi, nas minhas andanças com o Cássio Taniguchi, fui convocado para ir à televisão e falar com o povo da minha Capital, aonde fiz mais de 25 mil votos, e acompanhando o Deputado Algaci Túlio, no primeiro mandato, quando cheguei aqui, confesso que tinha uma ojeriza pelo Deputado Algaci Túlio, achava-o prepotente, achava-o completamente diferente.

Comecei a conviver com o Deputado Algaci Túlio, aí aprendi que o Deputado Algaci Túlio tinha uma imagem completamente diferente, ama, sorri, compreende, é o meu líder no Parlamento, troco idéias. Sou muito franco, Deputado Algaci, não gosto, não gosto de mentiras, sou um Deputado de cara limpa.

Por exemplo, ouvindo o Deputado Romanelli, não concordo, vou divagar alguns segundos, não concordo, por exemplo, o Deputado Romanelli, gostava dele quando Secretário de Habitação, porque ele era atrevido, desafiava o Governador Roberto Requião, e colocava os seus planos em prática, para dar casa ao povo morar. Depois, aprendi a conviver com o Deputado Romanelli como

Parlamentar, agressivo, brilhante, quando sobe à tribuna é para trazer os seus anseios, os seus ideais, que lamentavelmente não passa desse concreto que está aqui e não chega ao Palácio do meu Governador.

Agora, chegando a Vossa Excelência, o que é que posso dizer a Vossa Excelência. Digo a Vossa Excelência que siga a vice-Prefeitura ou siga o Parlamento. Gostaria que o Senhor ficasse no Parlamento. O Senhor nasceu para ser Parlamentar, o Senhor como Parlamentar é um exemplo que dignifica esta Casa, porque tenho orgulho de ser Deputado, já estou com vinte anos na vida pública, e vou envelhecer aqui dentro deste Parlamento, porque o povo assim o quer.

E digo a Vossa Excelência, não sei se Vossa Excelência nasceu para ser vice-Prefeito. Gosto mais de Vossa Excelência na tribuna deste Parlamento, lutando não só, porque Vossa Excelência não é Deputado só de Curitiba, Vossa Excelência é Deputado do Paraná, todos nós aqui somos Deputados do Paraná. Aqui, nenhum Deputado defende um bairro, uma vila, um conjunto habitacional ou um município, porque isto aqui é Parlamento do Paraná, como Brasília é Parlamento do Brasil.

Então, gostaria de ver o Senhor continuando na Liderança desse Governo, defendendo os anseios do povo do meu Paraná. Agora, a escolha é sua. Cada cabeça, uma sentença. Gostaria que a sua sentença fosse a continuidade de seu mandato como Deputado, convivendo comigo por muitos e muitos anos, defendendo os interesses da família do Paraná. Desculpe a minha sinceridade, mas gostaria de vê-lo como Deputado.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Também reconhecemos o seu trabalho, a sua luta, a sua dedicação, a sua coragem, e não é à toa que ontem foi premiado, e é importante que se reconheça aqui a premiação que Vossa Excelência recebeu ontem, como um dos melhores comunicadores do Paraná na área da televisão. E, é um homem do microfone que veio para a Assembléia, como tantos outros que vieram para cá e, que nem sempre recebem lá fora o devido reconhecimento.

Acho que nós, homens da "latinha", temos mais facilidade, até podemos ter, mas temos muito mais responsabilidade. Esta é a grande verdade.

Concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Algaci Túlio, gostaria, se me permite, antes, em nome na nossa bancada, de associar-me às homenagens que esta Casa presta aos Constituintes de 1946, em nome da Bancada do PMDB.

Gostaria também, de ser solidário para com Vossa Excelência, em nome do Sul do Paraná, do interior do Paraná, reconhecer através do seu trabalho, da sua presença nesta Casa o que Vossa Excelência representa para o Paraná.

Eu, há poucos dias, chegando na Capital do Estado, estava acompanhando pelo CBN alguns comentaristas que faziam alusão ao seu nome, a respeito da sua eleição, da sua trajetória, da sua vida pública e que, estava realmente num impasse muito delicado neste exato momento, quando terá que fazer a opção por este ou aquele mandato.

Também sou daqueles que comungam da mesma idéia que Vossa Excelência. O Senhor teria o exemplo do Marquinhos Alves, o direito de fazer a opção de mandato sem renunciar nem um nem outro. O mandato de Prefeito, de vice-Prefeito, de Deputado Estadual, de Deputado Federal, são mandatos outorgados pela população livremente, democraticamente. E, automaticamente, a lei neste instante, a nossa Constituição deveria ter previsto isto. E os nossos atuais representantes do Congresso Nacional deveriam ter este cuidado e respeito com os Deputados Estaduais e alguns Federais que participaram deste pleito. Vossa Excelência foi muito feliz quando fez menção aos secretários de Estado, que se afastam desta Casa. Temos neste exato momento o Secretário Hermas Brandão, o Nelson Justus, que estão temporariamente ocupando um cargo no Executivo. Mas, a qualquer momento poderão voltar à esta Casa. E, Vossa Excelência está realmente numa situação das mais difíceis.

Quero ser solidário com a sua luta, e dizer que o Senhor está coberto de razão de fazer um movimento com os demais Parlamentares, porque o povo escolheu Vossa Excelência como vice-Prefeito.

Permita-me fazer uma saudação ao Marquinhos Alves, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que foram candidatos a vice-Prefeitos nestas últimas eleições, e também, aos vitoriosos, Antonio Belinati de Londrina, Jocelito Canto de Ponta Grossa, que lograram êxito em suas caminhadas, e ninguém volta ao Poder, e ninguém chega neste ou naquele Poder que não tenha méri-

tos, que não tenha dignidade, que não tenha credibilidade do seu povo e da sua gente.

Por isso, Belinati e Jocelito, as minhas saudações, os meus cumprimentos a Vossas Excelências pela vitória e pelo espaço que ocupam na política dos executivos do Estado do Paraná.

Também, saudar os candidatos que não lograram êxitos. Casos específicos do José Tavares, nosso companheiro de bancada. Do Pericles de Ponta Grossa, do Vanhoni, do Joel Coimbra. Por que não dizer também do Edson, que sua esposa foi vitoriosa lá na sua cidade.

A todos a minha saudação, a minha solidariedade, e lamento que o Toti, que foi candidato a Prefeito da minha querida e amada Cidade de Irati, eleito consagrado nas urnas, mais uma vez pela população do meu querido município, mas que lamentavelmente, até porque, usando a famosa e dita cuja "latinha", acabaram me tomando o mandato depois de consagrado nas urnas.

Queria dizer a esta Casa, principalmente: fui, pude ir a busca do direito do povo de Irati, para não a ter junto a Prefeitura Municipal. Mas infelizmente fui vencido. Mas, quem perdeu, na verdade, foi o nosso povo lá de Irati, que temporariamente, ficou sem o seu líder e aquela expectativa de voltar a ser o comandante das ações do nosso município.

Mas, desta feita e desta forma, temos que manter o nosso trabalho aqui nesta Casa. Particularmente, cumprimento as Vossas Excelências, que desta Casa aqui saíram para representar os seus municípios. Vossa Excelência, rendo-me e lhe cumprimento, porque aprendi a conhecê-lo aqui de perto, ao longo destes 6 anos que aqui estou.

Parabéns pelo seu trabalho, e creio que aqui Vossa Excelência, e seu grande campo de trabalho e de batalha na defesa do povo do Paraná. Um abraço a Vossa Excelência e a minha solidariedade. Meus parabéns e meus cumprimentos pelo êxito nas eleições. Aqueles que não lograram êxito pela coragem de colocar sempre publicamente o seu nome no julgamento popular.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Toti Colaço, e agradeço também para dizer da nossa solidariedade, pela situação que ficou Vossa Excelência, que ganhou nas urnas e lamentavelmente perdeu.

Acho que Vossa Excelência fez o seu trabalho, fez o seu papel, levou para os palanques os anseios da comunidade. Mas, infelizmente, por uma questão de justiça, de uma decisão ju-

dicial, acabou Vossa Excelência perdendo o mandato. Mas tenho certeza que vai continuar nesta Casa, desempenhando a contento o seu papel em defesa não só da Cidade de Irati, mas também da região que Vossa Excelência representa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O último aparte que o nobre orador concede, é ao ilustre Deputado Antonio Belinati.

E, logo em seguida, o ilustre Líder do Governo, os nossos dois Constituintes irão fazer uso dela.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço, Presidente.

Mas, antes do aparte do Belinati, que deveria fazer a saudação, não queria estender tanto assim esta situação em torno da minha pessoa, porque já ficou quase como um trailer, uma despedida desta Casa. Mas, de qualquer maneira, já estou quase que me acostumando do que pode acontecer aí pela frente. Uma decisão, que não sei ainda, não tenho ela tomada, ainda de momento.

Mas gostaria de transferir agora ao Belinati, a missão de saudar, os dois companheiros Constituintes que estão aqui nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati - Nobre Deputado Algaci Túlio, Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk.

Primeiramente, quero agradecer ao Toti Colaço, Luiz Carlos Alborghetti, pelas palavras, e oportunamente voltaremos ao assunto.

Nobre Deputado Algaci Túlio, queria, aproveitando o aparte, dizer da alegria e da felicidade de poder receber aqui, dois grandes brasileiros, o Senador Jarbas Maranhão e o nosso Benjamim Farah. Um de Pernambuco, o outro do Rio de Janeiro, Constituintes.

Estava aqui meditando, 50 anos dedicados à causa pública, é uma vida. É uma vida dedicada com dignidade à nossa democracia e ao nosso povo brasileiro. Quero desejar a Vossas Excelências uma feliz estada em nosso meio, e dizer que muito especialmente, sobre o Senador Benjamim Farah, já tivemos a oportunidade de ser um liderado do Senador Benjamim Farah, no Movimento de Liderança Cristã do Congresso Nacional, através deste movimento, nobre Deputado Algaci Túlio. Toda semana fazíamos uma pausa nas discussões acaloradas da Câmara e Senado e era feita a leitura da Bíblia,

era feita meditação e podíamos dedicar muitos momentos ao nosso Deus, dentro desse movimento de liderança cristã que o Senador Benjamim Farah comandou com muito amor e foi ainda através desse movimento de liderança cristã, que tivemos encontros famosos, históricos em Brasília, que ontem o Senador revivia, no gabinete do Deputado Algaci Túlio, em que ele, num mesmo encontro, reunia Deputados e Senadores de todas as tendências e ideologias, mais o Presidente da República, Ministros, Embaixadores de vários países. Ali, no mesmo encontro, embaixador árabe, embaixador judeu e todos, dentro do espírito do movimento de liderança cristã, fazendo o louvor, reflexão, aquele momento gostoso com Deus e foi ainda através desse movimento que tivemos a oportunidade de estar nos Estados Unidos, por dois anos, com dois presidentes dos Estados Unidos, participando do café com o presidente dos Estados Unidos.

Quero, Senadores que nos visitam, dizer da alegria de acolhê-los nesta Casa, desejar uma feliz estada e desejar êxito na campanha que ambos e eternos Senadores realizam contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Estamos acompanhando com carinho esta polêmica que está lançada na imprensa brasileira, na opinião pública brasileira. Chegou-se até a ventilar uma eventual possibilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o Senador José Sarney, de ter respaldo para o seu projeto de reeleição, desde que não privatizasse a Vale do Rio Doce, fato que foi - e nem poderia ter sido de outra maneira, - que foi logo desmentido pelo Palácio do Planalto.

Queremos desejar a estes Constituintes honrados, que mostram, com esta campanha que fazem por todo o país, contra a privatização da Vale do rio Doce, dizer do nosso orgulho, Senadores, de ver Vossas Excelências aqui com a bandeira importante, que diz respeito a uma causa diretamente ligada aos interesses dos quase 150 milhões de brasileiros.

Quero, Deputado Algaci Túlio, dizer que esta Casa está honrada quando vemos aqui, na presença do Anibal Khury, do Zuk, do Algaci Túlio, esse meu colega de Câmara dos Deputados, o eterno Senador Benjamim Farah e Jarbas Maranhão. Que Vossas Excelências sintam-se bem na nossa Casa e o apoio que esta Casa dará a esta grande bandeira que eles estão empunhando.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado.

Com a saudação do Deputado Belinati, encerro a minha participação, saudando os visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Com satisfação, e em nome do nosso Presidente Anibal Khury e da Mesa Executiva, por nós todos representada, concedo, em nome dos Senhores Deputados, a palavra ao ilustre visitante, Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH - Senhor Presidente Deputado Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados, augusta Assembléia.

Permitam-me que cite, com muito orgulho, o nome do Deputado Algaci Túlio e do meu companheiro de Congresso, Antonio Belinati. É um momento feliz da minha vida este que me encontro aqui. Tenho tido altos e baixos, avanços e recuos, vitórias e derrotas. Tenho tido algumas alegrias na vida pública, porque a vida pública é mais de sofrimento, é mais de trabalho, é mais de devoção, é mais de doação de si à coletividade, do que de vantagens pessoais. Acho que o ideal do Parlamentar é servir e não se servir. É por este caminho que segui a minha trajetória política.

Estou muito orgulhoso de estar aqui. Vimos e estamos também comemorando, aqui em Curitiba, graças aos auspícios da Assembléia Legislativa, esta bela Assembléia, esta Assembléia que é, sem dúvida, a fortaleza da democracia neste Estado. Este Estado tão querido e respeitado por todo o Brasil.

Aqui vimos por solidariedade e apoio da Assembléia, apoio da Universidade do Paraná, apoio da Revista de Sociologia e Política e a coordenação de um jovem professor, Sérgio Braga, mestre em Ciências Políticas. É uma viagem que vai ficar marcada no meu coração. Aqui estamos. Aqui estamos eu e meu querido companheiro de Constituinte, Jarbas Maranhão, brilhante companheiro, a quem estimo e admiro. Aqui estamos eu, do antigo PTB de Getúlio Vargas, que me colocou na política com a colaboração dos trabalhadores do Rio de Janeiro; o Jarbas do PSB e o outro companheiro que não está aqui, por motivos imperiosos, já retornou ao seu Estado, que é o Deputado Joel Amazonas, do Partido Comunista do Brasil.

Vimos também, e sobretudo por este motivo, para o Simposio que está sendo realizado pela comemoração dos 50 anos da Constituinte de 1946. Essa

Constituinte elaborou uma grande Constituição, dita pelos mais doutos e conhecedores da matéria. Sou um médico, mas os grandes juristas que se manifestaram a favor, disseram que foi a melhor Constituição que o Brasil já teve. Essa Constituição foi, estupidamente despedaçada no ano de 1964. Entre parênteses: sem comentários. Esta Constituinte tinha no seu bojo muitas dezenas, direi mesmo, quase uma centena de brasileiros notáveis. Um dos mais humildes, um dos menores, está falando a esta augusta Assembléia. Mas este pequenino Constituinte, o jovem Benjamim Farah, que saiu lá de São Cristóvão, médico daqueles pobres trabalhadores, aprendeu muita coisa naquela Casa, porque a Constituinte de 1946, que elaborou uma Constituição exemplar, aquela Constituinte era também uma verdadeira Universidade, onde abeberei ensinamentos que me foram úteis durante toda a minha vida.

Não vou citar aqui os nomes dos grandes homens daquela Constituinte, mas peço licença para citar pelo menos alguns, e como estou no Paraná, na terra de grandes representantes, tomo a liberdade de citar, o Munhoz da Rocha, que foi meu companheiro na Constituinte, ou melhor, nosso companheiro e depois foi meu companheiro em Brasília quando mudamos para lá. Era companheiro meu até de quarto, porque lá havia uma escassez de tudo, então nós dois dormíamos no mesmo quarto do Hotel Império, ou Hotel Imperial, nem me lembro mais o nome, o primeiro hotel que se fez em Brasília.

Peço licença, também, para citar alguns outros nomes, verdadeiros patriotas estadistas: Getúlio Vargas, Arthur Bernardes, Café Filho, Otávio Mangabeira, o maior orador que conheci, Milton Campos, Diogo de Mello, Gabriel Passos e um grande número de outros que não vou citar, porque iria me alongar muito.

Tenho muita saudade daqueles companheiros. Aprendi com eles muita coisa. De tal modo, que estava amedrontado quando fui eleito à Constituinte. Fui para o partido, fui carreado para a política pelas mãos dos trabalhadores, e com o beneplácito do Presidente Getúlio Vargas, mas tive a impressão que não duraria muito tempo naquela Assembléia, mas aprendi tanto, que embora muito pequeno, sem nenhuma valia, era um dos mais trabalhadores, de tal modo que na eleição de 1950 fui reeleito.

Nunca estive ligado a grupos econômicos, nem a grupos poderosos. Sempre ligados aos trabalhadores, ao fun-

cionalismo, ao povo e aos grandes interesses do Brasil, como a defesa da "Hileia Amazônica", as areias monásticas, o petróleo e tantos outros objetivos de interesse nacional.

Mas o jovem Benjamim Farah, de 1946, reeleito em 50, foi também reeleito em 1958, reeleito depois em 1962. Em 1967 sofreu uma derrota no caminho do Senado. Em 70, insistindo com aquela tenacidade, trabalhando novamente na minha profissão, professor e médico, galgo as alturas do Senado da República. Depois dessa Senatória, mais uma Deputação ainda.

Então, tudo isso foi a prova evidente de que a minha presença lá não foi de espectador, mas sim, de um protagonista, de um dos modestos protagonistas, mas de um dos mais dedicados protagonistas.

Tenho muitas saudades daquelas companhias, aprendi muita coisa ali.

Quero, antes de encerrar, reafirmar os meus agradecimentos à saudação feita pelo Antonio Belinati, meu companheiro do Congresso, naquelas reuniões da Liga Cristã, Frente Parlamentar Cristã, da qual eu era Presidente, ele era um dos melhores amigos, dos melhores colaboradores. Era uma frente eclética, de tal maneira que quando convidamos o Presidente da República, ela era protestante, fomos convidá-lo e estavam ali representantes de outras seitas religiosas.

Mas, entre outras coisas, realizamos vários encontros da oração. Em 1977, se não me falha a memória, fizemos o sétimo VII Encontro da Oração. O Presidente compareceu, leu um trecho da Bíblia, o nosso Belinati coordenou os trabalhos, eu presidi, naturalmente, e falei em nome da nossa Frente Cristã, e convidei os embaixadores de todas as nações, estava lá o Embaixador da Rússia, estavam lá os Embaixadores dos Países Árabes, estava lá o Embaixador de Israel, enfim, das diferentes nações que lá vivem brigando, mas ali, o Presidente disse: "estou abismado como você conseguiu trazer para cá gente de tão diversas entidades, vocações e ideologias". Falei: é que graças a Deus temos tempo, ainda, de fazer reflexão, de ficar alguns minutos para prestar a nossa homenagem ao grande Líder da humanidade, que é Jesus Cristo. Agora mesmo o Senhor vai ver - disse ao Presidente - todos vão se levantar, vamos fazer a oração do Pai Nosso, e todos eles, os judeus com os árabes, comunistas com os democratas, lá está o representante dos Estados Unidos que vai dar a mão ao Embaixador da Rússia, porque o momento é de confraternização.

Meus amigos, vou ficar por aqui, porque já falei bastante. Não farei comentário dessa Constituição, porque ao meu lado está um grande jurista, que é o Dr. Jarbas Maranhão. Ele poderá dizer melhor do que eu alguma coisa sobre a Constituição de 1946. Tenho orgulho daquela Constituinte, tenho orgulho dos meus companheiros no Congresso Nacional, mas também tenho orgulho do povo brasileiro, tenho orgulho da minha Pátria, tenho confiança no Brasil. O Brasil é um País viável, porque um País que deu um Rui Barbosa, um Rio Branco, um Oswaldo Cruz, um Duque de Caxias, um Joaquim Nabuco e tantos outros brasileiros ilustres, que dignificaram esta Nação, não pode ficar desesperado diante dos problemas que estamos vivendo no momento.

Acredito no Brasil. A minha palavra de fé, a minha mensagem é dizer: O Brasil é viável. Acredito no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A

Mesa Executiva, antes de conceder a palavra ao ilustre Senador Jarbas Maranhão, anuncia em nosso meio a presença de João de Deus Flores e Paula, que acompanha os dois Senadores, Presidente da ADEPE, Coordenador do Movimento Pró-Vale do Rio Doce, contra a sua privatização, com mais alguns companheiros que nos honram nesta Casa.

Com a palavra o ilustre Senador, Constituinte Jarbas Maranhão.

O SR. JARBAS MARANHÃO - Excelentíssimo

Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ele tem a fisionomia de um Presidente, tranqüilo, sereno, competente e com o senso bem assentado do seu importante cargo. Quero prestar a ele a minha homenagem logo no início das minhas primeiras palavras, que é uma homenagem extensiva aos representantes do povo do Estado do Paraná, aqui reunidos, aqui presentes; ao Deputado Anibal Khury, aos demais membros da Mesa Diretora, ao Deputado Algaci Túlio, pela sua atenção e cavalheirismo; ao Deputado Antonio Belinati, pela maneira gentil, fidalga com que nos recebeu ontem.

Tenho uma grande admiração pelo Estado do Paraná, sobretudo, nesse tempo em que estamos vivendo, tempo de crise, sem dúvida alguma, tempo de transição, mas de crise política, porque há uma crise de identidade, há uma crise de nitidez ideológica sombreando a vida política nacional.

A nossa vinda a Curitiba, trazidos pela iniciativa de um jovem e ilustre professor da Universidade Federal do Paraná, Sérgio Soares Braga, que teve o apoio da Direção da Universidade na sua iniciativa de promover uma comemoração do Cinquentenário da Constituinte de 1946. A nossa vinda a Curitiba tem sido motivo de alegria espiritual para os Senadores e Deputados que atenderam o convite. O ex-Deputado e ex-Senador Benjamim Farah; o Deputado, ainda em exercício na Câmara, João Amazonas, do Partido Comunista do Brasil; e Modesto, representante do povo de Pernambuco, ex-Deputado e ex-Senador.

Foi motivo, dizia eu, de alegria, ontem, anteontem, estivemos no cenário da Universidade Federal do Paraná, no seu Departamento de Ciências Humanas, poderia dizer de Ciências Sociais, e sobretudo, de Ciências Políticas, porque ambos, Benjamim Farah, e quem fala no momento, fomos e exercemos também o magistério, e convivemos naqueles instantes com jovens mestres, curioso observar, quase todos os professores presentes eram professores jovens, e além dos professores, convivemos também com a graça, a espiritualidade, inteligência, a sensibilidade e o entusiasmo dos estudantes superiores da Universidade Federal do Paraná.

Hoje, a emoção é ainda mais ampla, é a emoção de viver o instante político, um instante político, porque é o momento de confraternização de homens públicos de outras regiões do País, com os homens públicos do Estado do Paraná.

Dizia, que na minha admiração pelo Estado do Paraná, porque num momento de crise de identidade política, o Paraná é um exemplo de coerência, de trabalho, de espírito público. O que está faltando no Brasil, é espírito público, e aqui, pelas suas organizações partidárias, pela conduta dos Deputados e Senadores do Estado, dos representantes desta Assembléia, dos líderes municipais e pela administração fecunda, realizadora, ligada aos interesses, e somente aos interesses do bem comum, o Paraná é um exemplo para o Brasil.

Queria deixar clara a minha admiração pela conduta política dos homens públicos deste Estado.

Mas, vimos aqui para a comemoração do Cinquentenário da Constituinte de 1946. As Constituintes, todos aqui sabem, resultam de acontecimentos históricos. Hora, é a independência de uma colônia, pela sublevação ou pelo acordo, entendimento com a metrópole.

É a Constituinte que surge, pelo esgotamento de um sistema político que caiu no desagrado da opinião pública, e que pede, reclama, manifesta sua ansiedade pela instauração de uma nova Carta política.

A Constituinte de 1946 surgiu desses acontecimentos históricos. Primeiro, a vitória das democracias sobre o regime nazi-fascista. As democracias venceram o Estado totalitário de direita. E também, entre nós, pelo esgotamento do regime político instaurado com a outorga da Constituição autoritária, do ponto de vista político, centralizadora do ponto de vista da Federação, que foi a Carta de 1937.

Surgiu a Constituinte desses fatos, reuniu homens públicos, competentes, cultos na sua maioria, e quase todos dotados de experiências do Legislativo, porque até muitos deles foram Constituintes em 33, 34, e de experiência no Governo do Executivo e na administração pública.

A Constituinte de 46, do ponto de vista político, foi como uma volta à primeira Carta Republicana de 1891, e do ponto de vista sócio-econômico, ela se identificou, ficou muito mais perto da Carta Constitucional de 1934. Foi uma Constituição que resultou de uma diversidade de correntes políticas, de correntes ideológicas e de um equilíbrio relativo das forças políticas. Por isso, haveria de ser uma obra de conciliação.

Nem todas as tendências, nem todas as aspirações, nem todos os dispositivos propostos foram aceitos na sua integridade, porque haveria de haver a conciliação entre os progressistas e os liberais, entre os progressistas e os conservadores.

Nós, representantes de outras regiões, estamos plenamente satisfeitos com este intercâmbio com os Deputados do Paraná. Este cenário também nos é familiar. Vivemos na Câmara dos Deputados panorama semelhante, e vivemos no Senado da República, até em Brasília, um quadro muito aproximado deste; até a disposição da Mesa, a disposição das bancadas, a distribuição das autoridades, do comitê de imprensa, tudo me lembra o Senado onde terminei o meu mandato de Senador, no Senado de Brasília.

Quero dizer agora, quero ler agora umas palavras que escrevi para pronunciar diante de professores e de estudantes, para incluir na publicação que a Universidade irá fazer dessas comemorações, mas que não tive a oportunidade de ler, porque a primeira parte do meu discurso foi muito longa

e não quis cansar o auditório. Agora, peço permissão aos nobres Deputados Estaduais do Paraná, que me deixem ler ligeiramente estas palavras, para que elas possam constar dos Anais, da publicação da Assembléia Legislativa do Paraná. Não há nenhuma pretensão nisto. Foi escrita às pressas, para atender este objetivo de junto com a primeira parte que fiz, ser publicada no livro que a Universidade Federal do Paraná pretende publicar. É um resumo somente das partes fundamentais da Constituição de 1946.

Ha Constitucionalistas, por exemplo, que entendem que uma Constituição se basta simplesmente com a declaração dos direitos do homem e do cidadão. Outros, não. Outros acham que uma Constituição se basta com as normas da organização política. A índole do Estado, a índole do Governo, a divisão e a competência de cada um dos Poderes.

A nossa Constituição de 46, e as nossas Constituições republicanas não procederam de maneira mais razoável. Juntaram à organização política, os direitos humanos. Hoje, direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, direitos econômicos, direitos culturais. Foi esse o traço da Constituição de 1946. Ela procurou marcar no Brasil, não a democracia puramente liberal, não a democracia voltada para o liberalismo, ou para uma liberdade abstrata. Ela quis que a Constituição Brasileira marcasse as conquistas novas da cultura política. E estas conquistas, todos os Senhores sabem quais são. São os direitos sociais, os direitos culturais, os direitos econômicos.

Um projeto constitucional do qual fiz uma crítica um pouco acida, um pouco radical, naqueles tempos. Um jovem constituinte, de idéias, talvez querendo ir mais do que a Constituição conquistou.

Aliás, lembro-me de uma frase de Pontes Miranda, elogiando a Constituição. Ele foi um fã da Constituição de 46. Ele elogiava e dizia: "ela não foi aonde deveria ter ido". Talvez tenha sido essa, a inspiração da minha crítica ao projeto, que foi modificado pelas emendas, inclusive, das subcomissões, da grande comissão, e as emendas do Plenário.

O Projeto Constitucional elaborado por homens de indiscutível valor, porém em tempo muito reduzido para a magnitude e complexidade da tarefa, foi devidamente modificado, com as emendas e subemendas apresentadas no Plenário, nas subcomissões e na própria Grande Comissão, ou Comissão

Constitucional, como também foi denominada, de tal forma que deu em resultado, uma Constituição harmoniosa nos seus dispositivos e, de um modo geral, conforme as conquistas da cultura política daquela fase histórica.

Saliente-se aqui, desde logo, que, do ponto de vista da questão social - o texto redigido e defendido pelo Deputado Agamenon Magalhães, político de marcantes tendências sociais e relator do Capítulo da Ordem Econômica e Social - foi a partir de sua proposição, muito expressivo do ideal de uma social democracia.

Com um Congresso Constituinte num relativo equilíbrio de forças a obra legislativa haveria de ser, como foi, um trabalho de conciliação, como quase sempre acontecem nas Assembléias Políticas.

Todavia, o mencionado capítulo assinalou-se por inovações e avanços marcantes para a época.

A ordem econômica será organizada conforme os princípios da justiça social.

O trabalho, assegurado a todos - hoje ninguém tem apreço pelo trabalho -, dizem que defender o trabalho, defender o emprego, é corporativismo. O direito ao trabalho é uma conquista mais nobre, mais generosa da civilização.

O que todo mundo não deseja hoje é desemprego, é fome, é desajustamento social.

A Constituição de 46, diz que o trabalho assegurado a todos, possibilitando existência digna e juntamente com o salário, a Previdência Social, a associação sindical, a convenção coletiva, tratado em todos os seus aspectos, inclusive quanto a mulheres, gestantes, menores, duração diária, repouso semanal e férias remuneradas. Estabilidade, higiene, segurança, assistência ao desemprego, seguro contra acidentes, direito de greve e outras normas, como a participação obrigatória e direta dos lucros da empresa, nos termos da lei.

O uso da propriedade, condicionada ao bem-estar social, podendo a lei promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

Mediante lei especial, podera a União intervir no domínio econômico, tendo a intervenção por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados na Constituição.

Com um sentido nacionalista, trata das concessões de serviços públicos, das minas, riquezas do subsolo,

das quedas d'água, navegação de cabotagem, empresas jornalísticas de rádiodifusão e de imigrantes.

Agradeço, falando em rádiodifusão, agradeço o cumprimento espontâneo que recebi aqui na Mesa da Assembléia, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Agradeço a sua gentileza, a sua atenção, vindo até aqui nos cumprimentar.

Cuida igualmente da questão dos bancos de depósito, empresas de seguro, de capitalização de fins análogos, como ainda dos estabelecimentos de crédito especializado, de amparo à lavoura e à pecuária.

Está é uma visão da ordem social e econômica escrita na Constituição de 46. Cabendo, por último, destacar a luta de Agamenon Magalhães contra os trusts, e na defesa dos consumidores e da livre concorrência, traduzida no Artigo 148, assim redigido: "A Lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tem por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros".

Para não cansar os Senhores Deputados, direi que estudei também o capítulo referente à Educação. A Educação, segundo a Constituição de 46, seria baseada no princípio da liberdade e nos ideais da solidariedade humana.

Dou ênfase ao capítulo da Educação, porque não há, nem pode haver democracia sem liberdade, e sem Educação. Passado adiante, é visível no capítulo da Educação, no capítulo da Ordem Econômica e Social, o alcance humano e solidarista, a preocupação de valorizar o homem brasileiro, com o propósito de eliminar ou reduzir as diferenças sociais, favorecendo a igualdade de oportunidades, que é o traço vivo e mais característico da democracia, em nosso tempo.

Do título 4º, capítulo 2º, são assegurados os clássicos direitos e garantias individuais, não podendo a lei prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, e também excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

A liberdade de consciência e crença é inviolável, como também livre é a manifestação do pensamento, sem o que não haveria Regime Democrático. Assem, não haverá censura, salvo contra espetáculos e diversões públicas e a publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público.

De acordo com a índole nacional, não será tolerada a propaganda de guerra nem de processos violentos para submeter à ordem política. Pode-se concluir que no pensamento do legislador, as mudanças poderão ser alcançadas pelos meios pacíficos ou democráticos do estudo, do debate, da persuasão. Assinale-se que para prevenir e evitar a terrível exclusão social, a Lei Suprema de 1946 proíbe preconceitos de classe e de raça. Creio ter sido inspirada nessa orientação a denominada Lei Afonso Arinos, contra a idiossincrasia racial.

São muitos os dispositivos deste capítulo, consentâneos com o espírito do regime. Anote-se, todavia, neste retrospecto, os que determinam a plena defesa aos acusados, a individualização da pena, a proibição de fórum privilegiado e de juizes e tribunais de exceção. Foi mantida a instituição do júri e proibida a pena de morte, de banimento, de confisco de bens e de caráter perpétuo. Salvo quanto à pena de morte, as regras da Legislação Militar em tempo de guerra com País estrangeiro.

Sob o aspecto da moralidade administrativa, a lei disporá sobre o sequestro e perdimento de bens no caso de enriquecimento ilícito, por influência, ou como abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica.

Pelo parágrafo 33 do artigo 141, não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, e em caso nenhum a de brasileiro. Garante o direito de reunião sem armas, a liberdade de associação para fins lícitos, e ainda a quem quer que seja, representar, mediante petição dirigida aos poderes públicos contra abuso de autoridades e promover a responsabilidade delas.

Muito significativo contra a corrupção, a improbidade e a ausência de patriotismo, reza: "qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas e das sociedades de economia mista.

Desejamos, contudo, anotar em síntese, outras observações sobre a organização política adotada na Constituição de 1946. Em seu preâmbulo está escrito que os representantes do povo brasileiro se reuniram sob a proteção de Deus em Assembléia Constituinte, para organizar o Regime Democrático. É o princípio da representatividade.

A inclusão do preâmbulo foi discutida se devia ou não prevalecer. Também foi motivo de polêmica a invocação de Deus, mas prevaleceu a tradição católica do País, já manifestada inclusive no preâmbulo da Constituição do Império de 1824: "Dom Pedro I, por graça de Deus...".

E se a Constituição de 1891 não fez qualquer referência à Divindade, consta da Carta de 1934:

(Lê): "Nós os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus...".

Os Constituintes optaram, quanto a forma de Estado, pela Federação; em relação ao sistema político, pela democracia representativa; quanto ao tipo de governo, pela República. E entre o parlamentarismo e o presidencialismo, definiram-se por este último, se bem que a Constituição tenha introduzido nela traços de parlamentarismo como a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito e a obrigatoriedade dos Ministros de Estado de comparecerem pessoalmente, para prestar informações acerca de assuntos previamente determinado, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou qualquer de suas Comissões.

Na defesa do parlamentarismo lembro-me, entre outros, da contribuição devotada do Deputado Raul Pila, e também de Agamemnom Magalhães, que desde a Constituinte de 1933/34, pugnou pela sua instituição, além de haver defendido o regime parlamentar em livro e artigos de jornal.

O Poder Público foi repartido entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si. Claro que foram traçadas as normas de organização racional dos três poderes e determinada claramente a competência de cada um deles. E da mesma forma, a competência dos Estados-Membros e dos Municípios. A União compreende os Estados, o Distrito Federal e os Territórios. A Capital da República é o Distrito Federal.

Prevaleceu o princípio de ser facultado aos Estados, todo e qualquer poder ou direito que não lhes seja negado explícita ou implicitamente pela Constituição Federal, que assegurou a autonomia municipal.

No complexo capítulo da discriminação das rendas públicas, os Constituintes procuraram fortalecer as finanças municipais, de tal forma que se falou na época de revolução municipal e até se apelidou o Texto Supremo de Constituição Municipalista.

A intervenção federal nos Estados e dos Estados nos Municípios foi cer-

cada de cautelas, somente admitida em casos especiais rigorosamente definidos no Texto.

Para não me prolongar, acrescentarei, por último, que de referência ao Poder Judiciário, a Constituição de 1946 elevou ao alto plano constitucional a Justiça do Trabalho.

Pontes de Miranda (Comentários à Constituição de 1946 - vol. I - Henrique Cahen Editor) assinala que, naquele momento, a Carta era a mais complexa das Constituições americanas; que não a estudaria com antipatia, porque desse modo não se julga - ataca-se; que a crítica moderna considera indispensável a simpatia, pois interpretar a Constituição não é criticá-la, e inserir-se nela e fazê-la viver...

...A própria simpatia não basta; - acrescenta - e preciso compenetrar-se do pensamento que esponta nos preceitos escritos e, penetrando-se neles, dar-lhes a expansão doutrinária e prática, que é o comentário jurídico.

Que provindo da vitória das Nações Unidas contra os regimes opressores não saiu só do Brasil, veio de outros sistemas, velhos e novos, e seria falsear-lhe os ditames querê-la separar do mundo e dos seus modelos.

Claro que os Constituintes de 1946 haveriam de aproveitar a experiência Constitucional, não somente nossa como a de outros países; perquirir a melhor doutrina no campo do direito político, dar aos dispositivos constitucionais um conteúdo compatível com a realidade nacional e histórica, buscando uma sistemática condizente com a natureza de um Texto Supremo.

Pontes de Miranda enfatiza alguns benefícios oriundos de seus preceitos, nessa ordem: 1) a noção de Constituição, lei superior às outras leis (judicial control); 2) a noção de Estado Federal, cuja relatividade a técnica da Constituição demonstra; 3) a noção de liberdade individual, independente da intrusa e "falsa liberdade" econômica; 4) a noção de democracia; 5) certa programaticidade social-democrata.

E o saudoso e grande jurista distingue e faz sobressair a Lei Magna de 1946, comparando-a com as anteriores, nos seguintes termos:

"É típico, contudo, que a Constituição política do Império (artigo 179, 1º) consagrasse o princípio abstrato e geral da liberdade ("nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei") e nada dissesse sobre a igualdade. A de 1891, introduzira o § 2º do art. 72 ("Todos são iguais pe-

rante a lei"), donde possuir os dois princípios gerais. A de 1934 invertera a ordem deles, vindo a igualdade à frente. A de 1937 riscara o de liberdade. Só existiram nela preceitos sobre a liberdade concretamente concebidos.

Ainda que tendente à volta a 1891, a Constituição de 1946 representa a maior parcela aos três caminhos - democracia, liberdade, igualdade".

Sem dúvida os Constituintes de 1946 empenharam-se, numa hora de transição política, em assentar as normas ou preceitos consentâneos com os imperativos sociais e econômicos e as aspirações da coletividade, que estavam a requerer disciplina constitucional...

Tornava-se preciso, mais uma vez, estudar o quadro brasileiro em sua contemporaneidade e em seu passado para organizar-lhe o presente e propiciar-lhe o futuro.

As transformações se sucedem e os fatos novos necessitam de configurações jurídicas novas.

Foi um trabalho ciclopico - o dos Parlamentares, vários deles competentes e cultos e muitos com a experiência de trabalho legislativo, de governo e de administração. Outros até haviam sido Constituintes em 1933/34. E tudo sob a vigilância da opinião pública ansiosa por uma nova Carta Política.

A respeito, Aliomar Baleeiro, defendendo a mais larga distribuição possível dos Anais da Constituinte, assim se pronunciou:

"Encontramos nele o mais abundante, o mais atual repositório dos estudos sobre os problemas do Brasil. Sem ordem, e verdade, um tanto anarquizado, mas ali encontramos tudo, desde o problema do parlamentarismo e do presidencialismo até a individualização da pena trazida aqui pelo Deputado José Maria Alkimim, até as tartarugas do Amazonas e a formiga roedeira - tudo se encontra dentro dos Anais, sob múltiplos aspectos da vida econômica, administrativa, política, social e cultural do Brasil na hora presente".

Realmente, tudo foi discutido em profundidade à luz de saberes e de experiências. Uma meritória contribuição à educação cívica, as sociologias política e jurídica, ao conhecimento da formação e desenvolvimento de nossas instituições.

E, abstraindo o autor destas palavras, vale citar, a respeito dos Constituintes, a opinião de José Duarte, em seu livro "A Constituição Brasileira de 1946 - Exegese dos textos a

luz dos trabalhos da Assembleia Constituinte:

"Honra lhes seja, mostraram-se à altura do mandato e são credores do reconhecimento nacional e do alto apreço de seus concidadãos".

Era o que tinha a dizer aos Parlamentares do Paraná, aqui reunidos, com paciência e boa vontade, ouvindo os oradores da Constituinte de 46. O que tinha a dizer, com emoção e saudades dos que já faleceram. E abraçando emocionalmente os que ainda estão vivos, apenas doze. Entre eles, quero ressaltar a figura, talvez mais respeitável, mais admirada, mais consagrada na atualidade, de um homem público do meu Estado, de Pernambuco, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, que aos 99 anos de idade, no limiar do centenário, pois dia 22 de janeiro do próximo ano, completa 100 anos, continua a lutar, serena e energicamente, uma coerência exemplar na defesa de seus princípios, e dos ideais que sempre animaram a sua vida pública. Os ideais da nacionalidade brasileira, e dos legítimos interesses da nossa Pátria. É um exemplo para o Brasil, de um Constituinte de 1946, que não cruzou os braços, não abandonou a caneta, e hoje, através da imprensa e à frente da Associação Brasileira de Imprensa, luta extremadamente na defesa das liberdades públicas e dos direitos humanos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado José Tavares, para em seguida dar um interstício de 5 minutos da nossa reunião, para que os Senhores Parlamentares possam cumprimentar pessoalmente, os nossos dois homens, que com mais dez são os únicos em solo brasileiro, que ainda materialmente, num sentido daqueles que espiritualmente assistem os destinos desta Nação.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Não era minha intenção fazer uso da palavra neste momento, mas dado a relevância do que disseram aqui estas duas personalidades: Senador Benjamim Farah e o Senador Jarbas Maranhão, me senti no dever, como Constituinte de 88, de dizer aqui algumas palavras, principalmente, depois de ouvir o relato que Sua Excelência o Senador Maranhão fez em todo o processo Constituinte de 46.

Gostaria de dizer as Suas Excelências o seguinte: avalio do alto da experiência, da sabedoria e da expressão do Senador Maranhão, ao lado do Senador Benjamim Farah, procurou passar para todos nós Deputados Estaduais, aqui nesta tarde. Porque vivi as mesmas emoções que Suas Excelências viveram em 46, vivi em 88. Tive a oportunidade e a honra de conviver com Constituintes de 46, poucos na verdade, dentre os quais destacaria a figura ímpar do Deputado Ulisses Guimarães.

Portanto, só quem viveu a importância de um processo Constituinte, como vivi em 88, é que pode avaliar a intensidade, a grandeza de um momento vivido por Vossas Excelências em 46, para promulgar a Constituição de 46.

Portanto, como Constituinte de 88, como Deputado do velho MDB de guerra, o PMDB do Paraná, quero dizer da minha grande honra, da minha grande alegria, como Deputado Estadual, e falo em nome da minha bancada, de ter oportunidade de conhecê-los e ouvi-los nesta Casa, sobretudo o relato de como se deu a Constituinte de 46, as suas nuances, como tudo aconteceu, porque tivemos exatamente essa experiência, e só quem viveu essa experiência é que sabe da sua grandeza e da sua intensidade.

É um sentimento de brasilidade que toca profundamente o coração daqueles que em nome do povo, sob a proteção de Deus, chegam à Assembléia Nacional Constituinte, para escrever a Lei Maior da nacionalidade brasileira, a Lei das leis, a lei geradora de todas as leis, a matriz de todas as leis.

Portanto, as nossas homenagens a Vossas excelências, por tudo o que fizeram de bom ao nosso País, e sobretudo, por voltar a Curitiba para falar dos 50 anos da Assembléia Nacional Constituinte de 46.

Meus cumprimentos, e minha grande honra de poder conhecê-los pessoalmente, e partilho com Vossa Excelência tudo o que disse, porque vivi as mesmas emoções quando Constituinte de 88.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de fazer um interstício de 5 minutos para os Senhores Deputados cumprimentarem os dois Senadores, é com satisfação que a Mesa Executiva, a pedido do Senador Jarbas Maranhão, anuncia os paranaenses que honraram com seu mandato a presença no Senado e na Câmara deste País. Lembra o ilustre Senador Constituinte, a figura de Flávio Carvalho Guimarães, de Ponta Gros-

sa; Roberto Grassi, Moysés Lupion e o seu substituto Gaspar Veloso, quando elegeu-se Governador deste Estado; de Aló Guimarães, grande médico humanitário deste Estado; e o jurista Accyoli Filho.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

Logo em seguida, retornaremos, mas antes, o ilustre Senador Benjamim quer dar um alô final.

O SR. BENJAMIM FARAH - Quero citar o nome de Mário Braga, do nosso Partido, o PTB, que fez parte da Constituinte; e do Deputado Erasto Gaertner, da UDN. Os dois se aliaram ao Deputado Munhoz, ajudando na candidatura ao Governo do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Senhor Deputado João Techy acompanhará os nossos ilustres Senadores até o Plenário.

(Faz soar os tímpanos)

(É suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Reaberta a Sessão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda de Plenário de nº 04, ao Projeto de Lei nº 496/96, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. À Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação.

Projetos de lei em nº de 11 (onze), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 06 (seis), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/96, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios, com sede e foro no Município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/96, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Clineu-Romero Cervantes, com sede e foro na Cidade de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/96, de autoria do Deputado Algaç Tullio, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Volley-Ball, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Projeto de Vida, com sede e foro em Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública as Aldeias Infantis S.O.S. Brasil, com sede e foro na Cidade de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 27.11.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 500/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Nelson Tureck, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública as Aldeias Infantis SOS Brasil, com sede e foro em Goioerê.

A matéria atende ao disposto na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente -

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. EMENDA DA C.T.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 54, de 07.05.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 163/96

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 163/96, de autoria do nobre Deputado Sâmis da Silva, que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento.

O parecer prévio da Assessoria Legislativa sugere alteração da súmula do projeto em tela para a devida correção técnica legislativa, e este relator acata, solicitando pois, a devida correção através da presente emenda substitutiva à súmula.

A redação da súmula passará a ter a seguinte redação:

Súmula: "Dispõe sobre a criação de Comissão Especial, para participação obrigatória em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para o assentamento".

Superado este obstáculo, mesmo não sendo atribuição desta Comissão analisar o mérito, temos que ressaltar a grande contribuição do nobre Deputado, autor deste projeto, que objetiva garantir o não confronto armado nas desocupações, através de Comissão de tão alto nível e bom senso.

Quanto a legalidade, nada encontramos que obste a tramitação regimental do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 163/96

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento.

No que concerne ao mérito, competência desta Comissão, conforme o Re-

gimento Interno deste Poder, segundo o art. 33, § 8º, assinalamos que a propositura se reveste do mais alto valor social, além do primordial interesse público, no sentido de buscar solução a delicada questão fundiária.

Todavia, pelo objetivo específico desta Comissão, cremos que seria de todo oportuno, que o representante do Legislativo, consoante preconiza a alínea "a" do art. 2º, deste projeto, fosse um dos integrantes da Comissão de Terras. Destarte, formulamos a emenda anexa, a qual fica condicionada ao parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.11.96.

(aa) EDSON SILVA LINO
Presidente em exercício
IRINEU COLOMBO
Relator

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 163/96

Acresce ao final da alínea "a", do art. 2º da proposição supra, a seguinte expressão:

a), membro da Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

Sala das Comissões, em 21.11.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A indicação originária de representante do Poder Legislativo, por um dos integrantes da Comissão de Terras, deve-se a melhor aproximação com a temática. Cumpre observar que há na Assembleia Legislativa comissões técnicas permanentes cuja competência restringe-se a matéria específica, que no caso em foco está em perfeita consonância com o objeto da propositura. A Comissão de Terras, Imigração e Colonização, por já realizar um trabalho de acompanhamento sobre os temas ligados a assentamento, invasão de terra, entre outros, é a mais indicada para representar o Poder Legislativo, através de um de seus membros. Daí a razão da presente emenda.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/96, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual a APPU - Associação dos Pescadores de Porto Ubá, com sede e foro no Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis - Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 67, de 22.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a APPU - Associação dos Pescadores de Porto Ubá, com sede e foro no Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis - Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar no Estado do Paraná, o Hospital do Servidor Público. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 124, de 20.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, visa autorizar o Poder Executivo a criar no Estado do Paraná, o Hospital do Servidor Público.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e por ser meramente autorizatória, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 378/96

P A R E C E R:

Tendo sido convocado para manifestar sobre a autorização para o Poder Executivo criar, na Região Metropolitana de Curitiba, o Hospital do Servidor Público, manifestamos, que nada encontramos que obste a tramitação normal do referido projeto.

Somos portanto de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.96.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 378/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, visa autorizar o Poder Executivo a criar no Estado do Paraná, o Hospital do Servidor Público.

Fundamentação

Tal proposição já foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, delas merecendo pareceres favoráveis.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.96.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)
- Apenas para fazer uma ponderação da Bancada do PT, que na medida em que o projeto, mesmo sendo autorizatório, propõe a discussão do Hospital do Servidor Público, temos uma postura contrária a este tipo de projeto. Porque o SUS preconiza a universalização da saúde.

Então, não pode ter hospital para o servidor público, para os bancários, e assim por diante. Deve ser direcionado para toda população. Os servidores públicos, como qualquer cidadão, deveria ter acesso à saúde universal.

Então, nosso voto é contrário a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/96, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Senhora Elisa Checchia Noronha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 125, de 20.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 383/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da ilustre Deputada Irondi Pugliesi, tem por finalidade conceder o

título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná, a Senhora Elisa Checchia Noronha.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/96, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a União das Irmandades Femininas Ortodoxas Ucranianas do Brasil, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 17.09.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 428/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, visa declarar de Utilidade Pública a União das Irmandades Femininas Ortodoxas Ucranianas no Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dá nova redação ao § 2º do artigo 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994 (funcionários). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 150, de 22.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 468/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo dar nova redação ao § 2º do artigo 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994 (Funcionários).

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que altera a redação das Leis nºs 11.091, de 16/05/95 e 11.035, de 02/01/95 (Loterias - SERLOPAR). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 176, de 19.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 508/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, tem por objetivo alterar a redação das Leis nºs 11.091, de 16/05/95 e 11.035, de 02/01/95.

Fundamentação

A motivação maior da apresentação da presente proposição é de estimular investimentos na Região Oeste do Estado do Paraná, com a implantação dos Jogos Mundiais da Natureza, criado pelo Governo do Paraná, medida final do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico.

Através da aprovação deste projeto de lei, aumentando o percentual destinado ao Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, pelos seus serviços de administração, pretende-se alocar receitas para custear a realização do importante evento, que trará enormes benefícios para toda região Oeste paranaense, com a ampliação de mão-de-obra e o desenvolvimento da atividade turística.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice regimental, constitucional ou legal para a tramitação da matéria e considerando o grande alcan-

ce da proposição em análise, dá o seu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 508/96, de autoria do nobre Deputado Sâmis da Silva.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/96, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Cambé/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 178, de 20.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 510/96

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Cambé/PR.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1576, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 500/95, 163, 200, 378, 383, 428, 468 e 510/96.

Levanta-se a sessão.